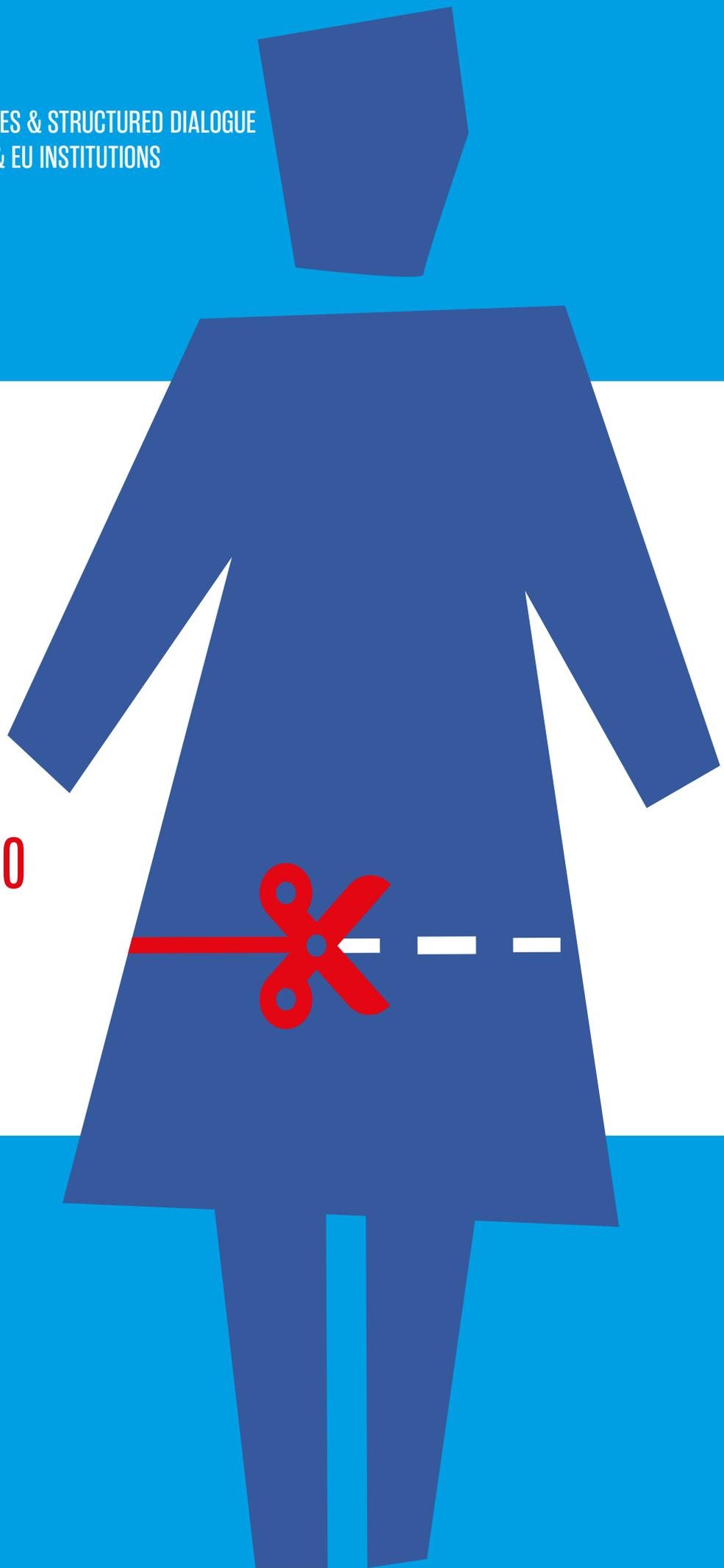




COOPERATION, SYNERGIES & STRUCTURED DIALOGUE
AMONG CIVIL SOCIETY & EU INSTITUTIONS

TOMADA DE POSIÇÃO

REPOSICIONANDO A MGF COMO QUESTÃO DE GÊNERO E DE DESENVOLVIMENTO



Autor

Mediterranean Institute of Gender Studies (MIGS)

Publicado pelo Mediterranean Institute of Gender Studies (MIGS) Julho 2015

Coordinated by

The Italian Association for Women in Development (AIDOS)

Partner Organisations

- Associazione Italiana Donne per lo Sviluppo (AIDOS), Italy
- Foundation for Women's Health Research and Development (FORWARD), UK
- Mediterranean Institute of Gender Studies (M.I.G.S.), Cyprus
- Associação para o Planeamento da Família (IPSS), Family Planning Association, Portugal

Esta publicação foi produzida no âmbito do Projeto Cooperation, Synergies and Structured Dialogue among Civil Society and EU Institutions, com o apoio financeiro da União Europeia e do Mediterranean Women's Fund. O conteúdo desta publicação é da exclusiva responsabilidade do Mediterranean Institute of Gender Studies (MIGS) e não pode, de modo algum, ser tomado como expressão das posições da União Europeia.

Design e layout por Redtank

ACEDA A SÉRIE DE FOLHAS DE DADOS
RELACIONADAS COM ESTA TOMADA DE POSIÇÃO

<http://www.endfgmindevelopment.org/static/client/Advocacy-documents-279.aspx>

INTRODUÇÃO

Esta tomada de posição reflete as opiniões da Rede Europeia END FGM, uma rede representada por 11 organizações de 10 países europeus¹ que prevê um mundo onde as mulheres e as meninas estão empoderadas e livres de todas as formas de violência baseada no gênero, em especial a mutilação genital feminina (MGF), onde suas vozes são ouvidas e onde podem desfrutar dos seus direitos fazendo escolhas informadas sobre as suas vidas.

Neste documento, a MGF é abordada como uma violação dos direitos humanos de mulheres e de meninas. Destacamos fatos básicos sobre a luta contra a prática e incluímos lições aprendidas e abordagens promissoras no âmbito da cooperação para o desenvolvimento. Fornece uma visão geral sobre as causas e as consequências nefastas da prática nas vidas das mulheres e das meninas, fazendo referência aos regimes jurídicos encontrados em convenções internacionais, europeias e regionais, tratados e documentos de consenso, através da promoção de uma abordagem baseada nos direitos humanos e utilização de linguagem não-estigmatizante e empoderadora.

Esta tomada de posição tem como objetivo servir como ferramenta de advocacia para as instituições da União Europeia e decisores políticos, com vista a uma integração de recursos e a uma ação adequada sobre MGF enquanto questão de gênero e de desenvolvimento, na Europa e fora dela.

Por fim, o documento aborda uma lista de recomendações específicas para todas as instituições, com especial referência para a UE e seus Estados-Membro com vista a uma situação em que a MGF é abandonada e todas as mulheres e meninas podem desfrutar da sua saúde e direitos sexuais e reprodutivos, livres de coerção, discriminação e violência. As recomendações pretendem facilitar o intercâmbio de boas práticas, para o desenvolvimento de políticas e abordagens inovadoras para acabar com a MGF na Europa e no Mundo.

¹ Associazione Italiana Donne per lo Sviluppo (AIDOS) Italy, Akina Dada Wa Africa (AKIDWA) Ireland, Associação para o Planeamento da Família (APF) Portugal, Equilibres et Populations (EquiPop) France, De Federatie van Somalische Associaties (FSAN) Netherlands, Foundation for Women's Health Research and Development (FORWARD) United Kingdom, Groupe pour l'abolition des mutilations sexuelles (GAMS) Belgium, INTACT Belgium, Lebendige Kommunikation mit Frauen in ihren Kulturen e.V. Germany, Mediterranean Institute of Gender Studies (MIGS) Cyprus, Kvinnointegritet (Female Integrity) Sweden.



MUTILAÇÃO FENITAL FEMININA [MGF]

A Organização Mundial de Saúde define MGF como “todos os procedimentos que envolvem a remoção parcial ou total dos órgãos genitais femininos externos ou que provoquem lesões nos órgãos genitais femininos por razões não médicas (OMS, 2008).” Da MGF resultam consequências para a saúde física e psicológica que variam de acordo com o tipo de corte e experiências pessoais (OMS, 2008). Invariavelmente, existe

UMA VISÃO GLOBAL SOBRE MGF

De acordo com o último Relatório Estatístico Geral da UNICEF (UNICEF, 2013), nos 29 países onde a MGF é conhecida e em que os dados estão disponíveis, mais de 125 milhões de meninas e mulheres foram submetidas a MGF. No entanto, os valores reais permanecem desconhecidos, já que grande parte dos dados fiáveis sobre a magnitude do fenómeno, nestes grupos populacionais, estão indisponíveis. A prática é mais comum nas regiões ocidentais, orientais e norte-orientais de África e as taxas de prevalência variam significativamente de um país para outro (de quase 98% na Somália para menos de 2% no Uganda) e também dentro dos países. Com efeito, pelo menos nos países africanos afetados, as variações na prevalência da MGF pode ser melhor compreendida pela composição étnica da população, e não por nacionalidade.

No passado, a MGF foi comumente considerada algo confinado a África, embora hoje haja já evidências de que a prática se realiza, também, em outras comunidades na Ásia e no Médio Oriente (incluindo a Indonésia, Irão, Iraque, Índia, Malásia e Paquistão), bem como na Europa, América do Norte e na Austrália, por meio de comunidades migrantes de países afetados MGF.

impacto da MGF sobre a saúde sexual e reprodutiva, os direitos das mulheres e meninas e sobre o gozo pleno dos seus direitos humanos. O discurso dominante atual sobre o fim MGF centra-se na abordagem das normas sociais e não reconhece plenamente a dimensão de género e do contexto de desenvolvimento desta violação dos direitos humanos. Esta tomada de posição explora algumas das implicações da MGF em termos de género, direitos humanos e desenvolvimento, com o objetivo de proporcionar uma abordagem mais abrangente sobre a MGF.

Na última década, acordos internacionais marcantes, incluindo o da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), o Programa de Ação, a Plataforma de Ação de Pequim e a Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas de 2012 (A/RES/67/146) têm abordado a MGF como um questão central para a promoção da igualdade de género e desenvolvimento sustentável. Outros instrumentos africanos e europeus, tais como o Protocolo da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres em África (Protocolo de Maputo) e da Convenção de Istambul, existem, também, e abordam especificamente a MGF sendo fundamentais para encontrar soluções sustentáveis para combater a prática.

Estes acordos de direitos humanos reconhecem a prática da MGF como uma forma de violência baseada no género, como uma violação dos direitos das mulheres e meninas e como uma violação dos seus direitos sexuais e reprodutivos. Estes documentos são centrais não apenas para programas que abordam especificamente a MGF com serviços de prevenção e de apoio, mas também para qualquer política de população e desenvolvimento eficaz. Dentro deste quadro, alcançar a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos para todos/as é fundamental para eliminar a pobreza extrema e para assegurar um impacto positivo sobre o crescimento da sociedade, no ambiente e na coesão social.

MGF E MIGRAÇÃO

A Resolução do Parlamento Europeu sobre a MGF, de 2009, estima que 500.000 mulheres e meninas são submetidas à MGF na Europa e mais 180 mil meninas e mulheres estão em risco de sofrer a prática a cada ano (Parlamento Europeu, 2009). Existe necessidade de mais dados sobre a extensão da prática na Europa, nomeadamente acerca das muitas mulheres e meninas de comunidades afetadas por MGF a viver na Europa. Algumas são mulheres migrantes mas outras são cidadãs europeias nascidas na Europa com pelo menos um progenitor de comunidades afetadas. Alguns estudos, incluindo estudos realizados no Reino Unido, Noruega e Holanda, indicam que as imigrantes de segunda geração nascidas na Europa são menos propensas a ser submetidas à MGF, dado que as famílias não sofrem tanta pressão social na Europa, comparativamente à que experimentam nos seus países de origem. No entanto, as famílias que vivem na Europa continuam a ter fortes laços com seus países de origem e algumas pessoas podem viver sob enorme pressão para continuar a prática de MGF. Além disso, muitos migrantes sentem que a sua identidade está ligada à manutenção de normas sociais étnicas e valores; isto explicaria a perpetuação da prática em algumas comunidades.

O discurso atual sobre a MGF está cada vez mais centrado na importância de “construir pontes” entre África e a Europa. Há um consenso geral de que a ligação entre as comunidades nos países de origem e os países de destino produz impacto sobre a decisão de se praticar ou não a MGF. Apesar disso, o entendimento da prática é ainda muito pobre e precisa de mais desenvolvimento, tanto em termos de investigação como na identificação de ações e programas concretos.

LEMBRE-SE

1

A recolha sistemática de dados é essencial em todas as regiões e países onde a MGF é prevalente, a fim de desenvolver e implementar políticas e programas baseados em evidências.

2

As comunidades de migrantes que vivem na Europa podem desempenhar um papel importante na decisão de se submeter ou não à MGF, pelo que é fundamental construir pontes entre os dois continentes, garantindo uma resposta política que tenha em conta todos os elementos que conduzem à perpetuação da prática.



A REDE EUROPEIA END FGM DESAFIA AS INSTITUIÇÕES DA UE E OS ESTADOS-MEMBRO A:

1

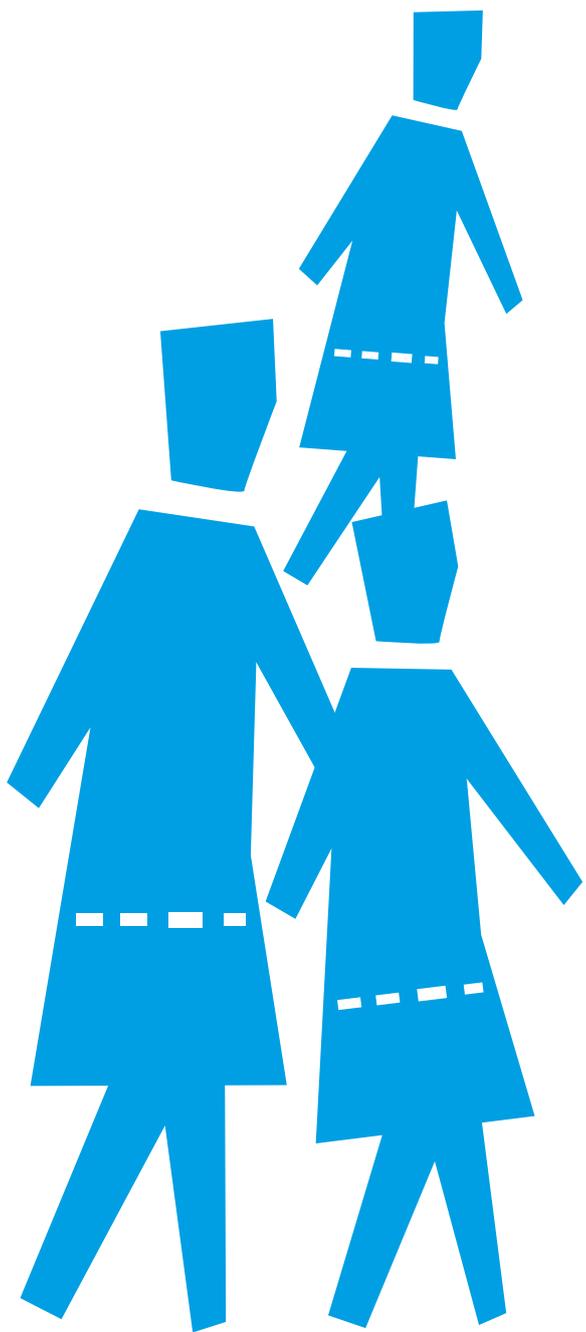
Desenvolver e apoiar recursos adequados e a desenvolver a investigação sobre MGF, incluindo a recolha de dados estatísticos desagregados comparáveis em todas as regiões e países afetados, da Europa à África, na Ásia e no Médio Oriente;

2

Intervenções de apoio visando a construção de pontes entre migrantes que vivem na Europa e as comunidades nos países de origem;

3

Promover, projetar e implementar projetos e programas que tenham em conta o papel de migrantes no contributo para o abandono da MGF, bem como as diferenças entre migrantes recém-chegados e aqueles que já se estabeleceram no país de residência.



A ABORDAGEM DAS NORMAS SOCIAIS

No passado, as campanhas e os esforços globais para combater a MGF centraram-se, fundamentalmente, sobre as consequências negativas da prática para a saúde. A ideia era a de que as pessoas eliminariam a prática se estivessem cientes do seu impacto negativo na saúde sexual e reprodutiva e bem-estar de raparigas e mulheres. No entanto, estudos realizados por instituições das Nações Unidas (UNFPA 2008) mostraram que se se concentrar o combate à MGF unicamente no dano causado à saúde, iremos fazer com que, em alguns países, aumente, inadvertidamente, a medicalização da prática. Esta medicalização da MGF foi condenado pelas autoridades médicas, associações de profissionais, bem como pelas organizações das Nações Unidas

Devido à intensificação da investigação, de consultas internacionais e das lições aprendidas desde há mais de vinte anos de projetos de desenvolvimento, a MGF é, cada vez mais, reconhecida como uma violação dos direitos das mulheres e das meninas. Por esse motivo, foram adotadas e executadas abordagens que incluem uma melhor, mais holística e mais abrangente compreensão do fenómeno, no sentido de combater a prática. Em particular, nos últimos 10 anos, as campanhas sobre MGF têm, predominantemente, a tónica sobre a “abordagem normas sociais”.

MGF e a teoria das Normas Sociais

As normas sociais podem ser definidas como sendo as regras e costumes que governam o comportamento de grupos e sociedades. Eles têm a ver com o que as comunidades acreditam que é moralmente certo e como esperam que os seus membros se comportem e ajam. É, agora, amplamente reconhecido que as funções da MGF são uma convenção social de autorreforço ou norma social (UNICEF, 2013). Nas sociedades em que é praticada, a MGF é uma regra social e comportamental.

As famílias e as pessoas defendem a prática, porque acreditam que a sua comunidade ou a sociedade esperam que o façam. Evidências sugerem que a MGF está amplamente ligada ao estatuto social, respeitabilidade e honra das meninas e das suas famílias (UNICEF, 2013). A obrigação social, em conformidade com a prática, é reforçada pela perspectiva de que, se não estão em conformidade terão de enfrentar sanções sociais, incluindo a exclusão social, a crítica, o ridículo, o estigma, ou

dificuldade em casar as suas filhas. Este último, em particular, representa uma preocupação dominante para uma menina e sua família, numa sociedade onde ser esposa e mãe é, muitas vezes, a única maneira que as mulheres têm de se tornar membros plenos e reconhecidos da comunidade e onde a MGF define a identidade de género das mulheres. O casamento está, também, indissociavelmente, ligado à garantia de segurança económica de uma menina na idade adulta. A partir desta perspectiva, a não conformação com a norma produziria ainda maior dano, uma vez que conduziria à vergonha e à exclusão social.

Experiências de campo revelaram que o compromisso individual para abandonar a prática não é suficiente para ser sustentável de forma significativa (UNICEF, 2013). A decisão de continuar a prática é, em muito, condicionada pelo comportamento das outras pessoas da comunidade e também pelas perceções e expectativas acerca daquilo que os outros pensam, muitas vezes reforçadas pela família e pela pressão social.

De acordo com a perspectiva da norma social, para que a MGF seja abandonada, numa comunidade, como um todo, as expectativas sociais tem que mudar no seio das famílias, mas também entre as famílias. Isso só pode acontecer se um número significativo de famílias dentro de uma comunidade fizer uma escolha coletiva e coordenada para abandonar a prática, de modo a que nenhuma menina de nenhuma família seja prejudicada pela decisão (UNICEF, 2008). Para que isso seja possível, é essencial que os membros da comunidade estejam cientes e confiem nas intenções dos seus pares.

A importância dos grupos de pares não deve ser subestimada, e tal como se demonstra por diversas evidências, somente quando a informação vem de alguém semelhante a si, é que alguém está disposto a aceitá-la (Johansen, Diop, Laverack, & Leye, 2013).

O continuum de violência

De acordo com as recomendações das Nações Unidas sobre Direitos das Crianças e do CEDAW, “as normas sociais estão interligadas, o que significa que as práticas nefastas não podem ser tratadas isoladamente, mas dentro de um contexto mais amplo baseado na compreensão abrangente acerca de como as práticas estão ligadas a normas culturais e sociais e a outras práticas” (Recomendações Conjuntas CRC/CE-DAW, 2014, §58).

É por isso que é crucial entender a MGF como parte de um continuum de violência no qual a mulher se vê envolvida durante a sua vida, e do qual fazem parte outras práticas nefastas possíveis, tais como o casamento forçado/infantil. “A violência contra as mulheres é muitas vezes um ciclo de abuso que se manifesta de muitas formas ao longo da vida” (UNICEF, 2000). A MGF e o casamento forçado/infantil podem ser parte desse continuum pois são ambos justificados através de normas sociais dominantes relacionados com a sexualidade das meninas e que são situações perpetuadoras de desigualdades de género. Ambas as práticas são executadas como forma de aumentar a probabilidade de manutenção da virgindade antes do casamento e fidelidade conjugal, algo que é visto como essencial para se ser considerada honrada. Comunidades que praticam a MGF são mais propensas a praticar o casamento infantil e, em algumas comunidades afetadas, a MGF é realizada durante a puberdade e o casamento é arranjado imediatamente depois.²

2 For more information on the linkages between FGM and Child Marriage refer to: World Vision, Exploring the links: Female genital mutilation/cutting and early marriage, Research paper, May 2014
http://9bb63f6dda0f744fa444-9471a7fca5768cc513a2e3c4a260910b.r43.cf3.rackcdn.com/files/4814/0068/7160/Exploring_the_links_FGM_cutting_and_early_marriage.pdf

LEMBRE-SE

1

A MGF é uma norma social e todos os esforços para o seu abandono devem ter em consideração a sua função social dentro da comunidade e as expectativas sociais que tem para os seus membros.

2

A mudança das atitudes individuais em relação à MGF não é suficiente para alcançar uma mudança sustentável e global. A não ser que entendamos as raízes da importância social da MGF para quem a pratica, não se alcançarão os objetivos (Toubia, 2003).

3

Mudar as normas sociais é um processo não linear e de longo prazo que obriga a esforços coordenados e integrados para que a mudança seja sustentável. É preciso uma abordagem holística, ao nível das comunidades e baseada nos direitos humanos que inclua a participação ativa de todos os intervenientes relevantes, especialmente raparigas e mulheres. (CRC/CEDAW Recomendação Conjunta, 2014, 60).



A REDE EUROPEIA END FGM DESAFIA AS INSTITUIÇÕES DA UE E OS ESTADOS-MEMBRO A:

1

Desenvolver e promover uma intervenção holística, abrangente e de longo prazo que tenha em consideração as normas sociais e culturais e que envolva a comunidade como um todo quer na Europa quer nos países de origem.

2

Desenvolver um quadro político no âmbito da violência contra as mulheres e raparigas que inclua a MGF colocando-a no cerne de políticas internas e externas já existentes sobre Direitos da Criança e Igualdade de Género

3

Explorar as ligações entre MGF e outras formas de violência contra as mulheres em particular os casamentos forçados/ infantis.



DA ABORDAGEM DAS NORMAS SOCIAIS À ABORDAGEM DO DESENVOLVIMENTO

Relações de poder e de gênero e MGF

Embora a abordagem das normas sociais forneça uma melhor compreensão dos mecanismos sociais que levam à MGF, existe uma necessidade de compreender melhor os processos de tomada de decisão e dinâmicas de poder de gênero que cercam a prática. Esta compreensão destina-se a adequar as políticas de prevenção e de proteção relativamente à MGF.

Para compreender este fenómeno, a MGF deve ser entendida como uma norma social baseada em relações de gênero, em especial sobre “negociações silenciosas de poder” entre mulheres e homens nas comunidades afetadas. A MGF está diretamente ligada às relações de poder de gênero, e ao estatuto e nível de empoderamento de mulheres e meninas numa dada sociedade (Toubia, 2003).

Mulheres das comunidades afetadas pela MGF têm razões compreensíveis para cumprir com a norma social da MGF, bem como com outras normas sociais relacionadas com o gênero. Dentro de uma sociedade fortemente patriarcal o seu poder de negociação é extremamente limitado. A falta de escolha sobre as suas próprias vidas significa que o corte das suas filhas, e o agir em conformidade com outras normas sociais, especialmente as ligadas à sexualidade e economia da reprodução, é essencial para manter estas negociações de poder silenciosas (Toubia, 2003). Assim, as mulheres são extremamente relutantes em dar o pouco poder que têm, a menos que lhes seja oferecido igual ou maior benefício do que o que elas já têm (Toubia, 2003). Isto pode ajudar a explicar por que, em contextos onde a prática continua a ser uma norma, as mulheres ainda continuam a realizar MGF, independentemente

do conhecimento sobre as consequências negativas para a saúde ou do medo de sanções penais, em contextos em que o foco está sobre a criminalização da prática.

É fundamental que as ações destinadas a informar as mulheres sobre os efeitos nocivos da MGF devam ser acompanhadas por instrumentos alternativos para a sua auto capacitação e para a criação de um ambiente social mais seguro para meninas e mulheres. Isto irá permitir-lhes fazer escolhas livres e informadas sobre se devem ou não abandonar a prática. Para produzir mudanças nas crenças e atitudes das mulheres, e conduzi-las à decisão de acabar com a MGF, devem ser criadas possibilidades que tenham em conta as suas necessidades práticas e estratégicas de gênero. Esta abordagem proporciona, às mulheres, opções de subsistência, tais como a oportunidade de desenvolver competências de liderança e de tomada de decisão e a capacidade de exercer os seus direitos legais, económicos e sociais. “O empoderamento das mulheres e das raparigas através da educação e oportunidades económicas tem-se mostrado de grande valor para convencer as comunidades a abandonar a prática.” (Population Reference Bureau, 2013)

A MGF como questão de desenvolvimento sustentável

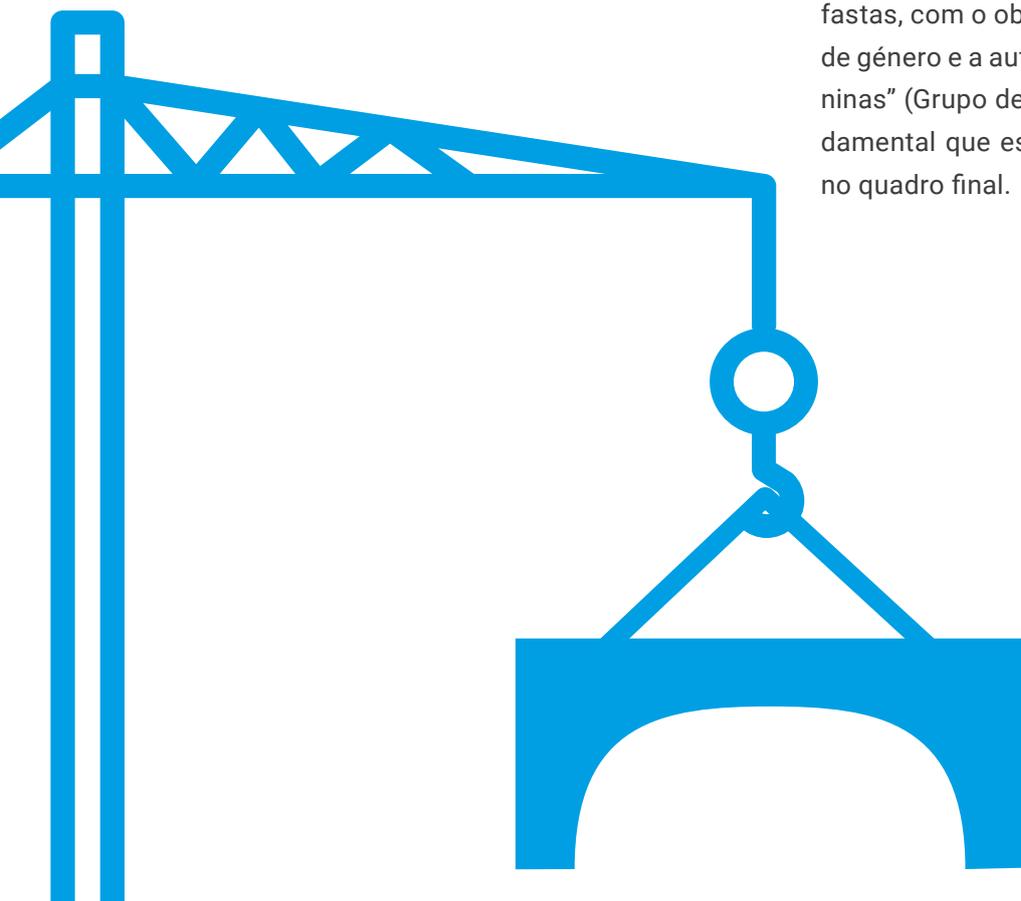
Mulheres, homens e famílias de comunidades afetadas têm outras prioridades que não o abandono da MGF, como o acesso à saúde, educação, saneamento, melhoria da agricultura e processamento de alimentos, entre outros. É crucial incorporar o abandono da MGF como um elemento fundamental para alcançar

os objetivos de desenvolvimento nestas áreas. As evidências sugerem que, quando abordada no âmbito dos programas de desenvolvimento mais amplos, as intervenções de prevenção de MGF são mais eficazes e melhor recebidas pelas comunidades afetadas, porque tais programas ajudam-nas a superar outros problemas e desafios que afetam as suas vidas no acesso às necessidades básicas prementes.

Ao invés de desenvolver programas centrados exclusivamente na prevenção da MGF, as intervenções mais eficazes – do ponto de vista financeiro e em termos de diminuição das taxas de prevalência - parecem ser aquelas que abordam o abandono da prática dentro do desenvolvimento de políticas, programas e projetos mais amplos. Tais programas e projetos podem centrar-se na saúde e nos direitos (incluindo prevenção de HIV/SIDA e prestação de serviços em SSR), bem como na proteção da maternidade, na mortalidade infantil, saúde e empoderamento das mulheres, incluindo o acesso à educação e oportunidades económicas. Outros, podem integrar a MGF em programas mais abrangentes sobre o desenvolvimento rural e industrial e a redução da pobreza.

A MGF é uma violação global de direitos humanos que acontece em África, no Oriente Médio, na Ásia, na América do Norte e Europa. A dimensão global da MGF requer o desenvolvimento de intervenções transnacionais e transcontinentais, centradas na construção de pontes entre comunidades que vivem na Europa e nos continentes afetados, particularmente em África. Os programas devem privilegiar uma abordagem de “baixo para cima”, promovendo o envolvimento direto de toda a comunidade e envolvendo todas as partes interessadas, incluindo homens, jovens, líderes comunitários, decisores políticos e os meios de comunicação.

Mais importante ainda, a MGF deve ser integrada num quadro estratégico de desenvolvimento mais amplo que inclua uma perspetiva de género e direitos das mulheres. O atual processo de discussão dos ODS fornece um momento oportuno para que isso seja abordado. Tal como está, a Proposta Final (julho de 2014) publicada pelo Grupo de Trabalho Aberto (o grupo encarregado de supervisionar o processo dos SDG) inclui uma meta para acabar com a mutilação genital feminina e todas as outras práticas nefastas, com o objetivo de “alcançar a igualdade de género e a autonomia das mulheres e as meninas” (Grupo de Trabalho Aberto, 2014). É fundamental que esta meta seja retida e refletida no quadro final.



LEMBRE-SE

1

As razões por trás da perpetuação da MGF estão ligadas a relações de género e de poder desiguais e falta de empoderamento das raparigas e mulheres dentro das suas famílias e comunidades.

2

As mulheres podem perpetuar a prática usando-a como garantia de poder. Mutilam os seus órgãos genitais para ganhar aceitação social, garantir casamento e outras formas e liberdade.

3

Mudando as consciências das mulheres, sua condição material e capacidade de tomar decisões, mudamos a necessidade de praticar MGF.

4

As mulheres não vão abandonar a prática a não ser que ganhem um igual ou maior poder de negociação nas suas comunidades (através da educação, acesso à saúde, justiça, propriedade, oportunidades económicas e liderança política).

5

O empoderamento das mulheres e o seu envolvimento no desenvolvimento da sua comunidade e do seu país é essencial para o abandono da prática.

6

É necessário construir apoio e consenso dentro da comunidade e em redor das mulheres no sentido de balancear o poder. Particularmente os homens têm de estar envolvidos neste processo.

7

Uma abordagem abrangente para a promoção dos direitos em saúde sexual e reprodutiva, acesso a serviços em SSR e controlo das escolhas é essencial para a promoção da igualdade de género e do desenvolvimento em geral.

8

O conhecimento profundo das comunidades e dos desafios que lhes são colocados é crucial para adaptar os esforços e maximizar resultados.



A REDE EUROPEIA END FGM DESAFIA AS INSTITUIÇÕES DA UE E OS ESTADOS-MEMBRO A:

1

Garantir que investigação qualitativa na UE analise o impacto da migração nos processos de empoderamento de meninas e mulheres e como isso afeta a perpetuação da prática.



THE END FGM EUROPEAN NETWORK URGES THE EUROPEAN COMMISSION, THE EUROPEAN EXTERNAL ACTION SERVICE AND EU MEMBER STATES TO:

1

Abordar a eliminação da mutilação genital feminina no diálogo político com os países parceiros e com as organizações regionais discutindo a melhor forma de implementar os compromissos assumidos em tratados internacionais e regionais, bem como na legislação nacional dos países parceiros;

2

Abordar a questão da MGF em diálogo com as partes interessadas relevantes para a política nacional sobre esta questão sensível. É imperativo que as organizações de mulheres e ativistas de direitos humanos da sociedade civil que já estão envolvidas na MGF sejam incluídas nestes diálogos, juntamente com as meninas e mulheres diretamente afetados pela prática, líderes comunitários, líderes religiosos, professores, profissionais de saúde e funcionários do governo tanto a nível local como nacional;

3

Certifiquem-se que a MGF é integrada, com recursos mensuráveis e ações, no novo Plano de Ação da UE para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres no Desenvolvimento (GAP).

4

Colocar a MGF no centro das políticas mais amplas de desenvolvimento, programas e projetos em vários sectores, incluindo saúde, governação, educação, cultura e empoderamento económico, utilizando uma abordagem de direitos humanos, abrangente e integrada.

5

Garantir que a MGF é abordada apropriadamente nas discussões finais do quadro de desenvolvimento pós-2015 e aparece, de forma clara, nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

REFERÊNCIAS

- Committee on the Elimination of Discrimination against Women (CEDAW), Committee on the Rights of the Child (CRC), (2014), Joint general recommendation/general comment No. 31 of the Committee on the Elimination of Discrimination against Women and No. 18 of the Committee on the Rights of the Child on harmful practices (2014), CEDAW/C/GC/31-CRC/C/GC/18, 14 November 2014, available at: <http://goo.gl/l8z8U7>
- Council of Europe (CoE), (2011), Council of Europe Convention on preventing and combating violence against women and domestic violence, Strasbourg, Council of Europe Publishing, 2011, available at: <http://goo.gl/Jjahof>
- European Institute for Gender Equality (EIGE), (2013). Female genital mutilation in the European Union and Croatia – Report, Vilnius, EIGE, 2013, available at: <http://goo.gl/Mubr0Y>
- European Parliament, (2009), European Parliament resolution of 24 March 2009 on combating female genital mutilation in the EU (2008/2071(INI)), available at: <http://goo.gl/RX5kHd>
- Feldman-Jacobs, Charlotte (ed), (2013), Ending Female Genital Mutilation/Cutting. Lessons from a decade of progress, Washington, Population Reference Bureau (PRB), 2013, available at: <http://goo.gl/dnWku6>
- Johansen, R.E.B., Diop, N. J., Laverack, G., and Leye, E., (2013). What Works and What Does Not: A Discussion of Popular Approaches for the Abandonment of Female Genital Mutilation, Obstetrics and Gynecology International, 04/2013; 2013:348248. DOI:10.1155/2013/348248, available at: <http://goo.gl/4l8TY7>
- Open Working Group on Sustainable Development Goals, (2014), Proposal of the Open Working Group for Sustainable development Goals, 19 July 2014, available at: <https://goo.gl/b529NS>
- Pasquinelli, C., (2000), Anthropology of female genital mutilation. (Paper presented at the Afro-Arab Expert Consultation on Legal Tools for the Prevention of Female Genital Mutilation Cairo, 21-23 June 2003, Organized by AIDOS, No Peace Without Justice, and the Egyptian Society for the Prevention of Harmful Practices. First published in C. Pasquinelli, Antropologia delle mutilazioni genitali femminile. Una ricerca in Italia, Roma, AIDOS, 2000). Available at: <http://goo.gl/6dZHCE>
- Toubia, Nahid, (2003), Legislation as a Tool for Behavioural and Social Change. (Paper presented at the Afro-Arab Expert Consultation on Legal Tools for the Prevention of Female Genital Mutilation Cairo, 21-23 June 2003, Organized by AIDOS, No Peace Without Justice, and the Egyptian Society for the Prevention of Harmful Practices). Available at: <http://goo.gl/FWaQGd>

United Nations (UN), (1994), International Conference on Population and Development, Programme of Action. Twentieth Anniversary Edition, New York, UNFPA, 2014, available at: <http://goo.gl/tcHykh>

United Nations (UN), (1995), Fourth World Conference on Women, Beijing, China - September 1995, Beijing Declaration and Platform for Action, available at: <http://goo.gl/dNLHn1>

United Nations Children's Fund (UNICEF), (2000), Domestic Violence Against Women and Girls. Innocenti Digest n.6, Florence, UNICEF. Innocenti Research Centre, 2000, available at: <http://goo.gl/H76Nbx>

United Nations Children's Fund (UNICEF), (2010), The Dynamics of Social Change: Towards The Abandonment of Female Genital Mutilation/Cutting in Five African Countries. Innocenti Insight, Florence, <http://goo.gl/k9OLvB>

United Nations Children's Fund (UNICEF), (2013), Female Genital Mutilation/Cutting: a statistical overview and exploration of the dynamics of change, New York, UNICEF, 2013, available at: <http://goo.gl/bjWQfV>

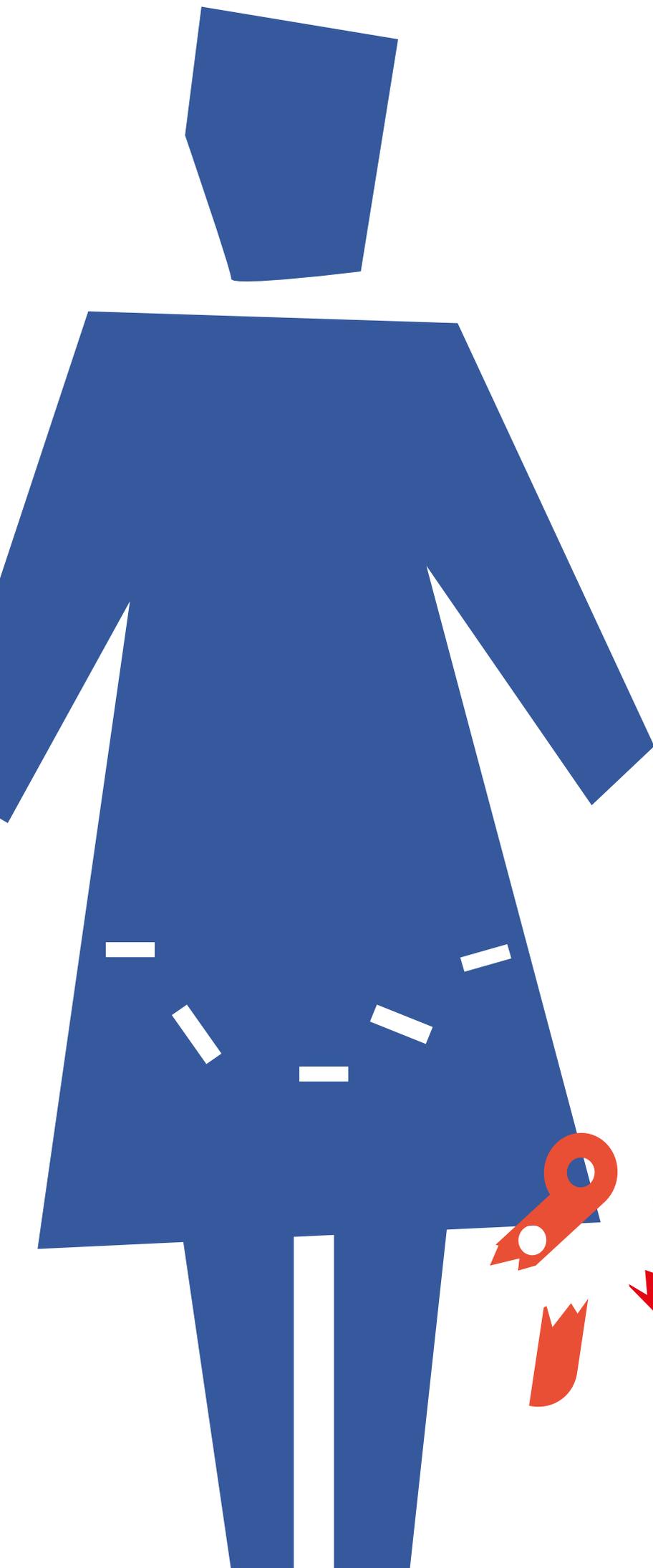
United Nations General Assembly, Resolution 'Intensifying global efforts for the elimination of female genital mutilations', A/RES/67/146, 20 December 2012, available at: <http://goo.gl/mzUCHS>

United Nations Population Fund (UNFPA), (2008), Global consultation on Female Genital Mutilation/Cutting. Technical report, New York, UNFPA 2008, available at: <http://goo.gl/UDFC1d>

United Nations Population Fund (UNFPA)/ United Nations Children's Fund (UNICEF), (2013). Joint Evaluation UNFPA - UNICEF Joint Programme on Female Genital Mutilation /Cutting: Accelerating Change 2008-2012, New York, Evaluation Office of UNFPA / Evaluation Office of UNICEF, 2013, available at: <http://goo.gl/0Fz8B3>

World Health Organization (WHO), (2008), Female genital mutilation. Fact sheet N°241, Updated February 2014, available at: <http://goo.gl/k1XDzw>

World Vision, (2014), Exploring the Links: Female Genital Mutilation/Cutting And Early Marriage, Research paper, London, World Vision, 2014, available at: <http://goo.gl/VVDtNm>



POR



PARCEIROS



COORDENAÇÃO



FINANCIADO



The project is funded by the European Union.



A visão expressa neste documento não reflete, necessariamente, a visão da UE.